

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

**Curso de Especialização em desenvolvimento, etnicidade e políticas
públicas na Amazônia – DEPPA – IFAM CMLZ**

TALITA DE MELO LIRA

**UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA AMBIENTAL A PARTIR DA
VISÃO DOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO
ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus

2018

TALITA DE MELO LIRA

**UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA AMBIENTAL A PARTIR DA
VISÃO DOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO
ESTADO DO AMAZONAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia no Instituto Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia.

Manaus

2018

TALITA DE MELO LIRA

**UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA AMBIENTAL A PARTIR DA
VISÃO DOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO
ESTADO DO AMAZONAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada Curso de Especialização em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia no Instituto Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. MSc. Alvatir Carolino da Silva
Instituto Federal do Amazonas – IFAM

Prof. Dr. Denis da Silva Pereira
Instituto Federal do Amazonas – IFAM

Prof. MSc. Marcio Fernandes
Instituto Federal do Amazonas – IFAM

Manaus, Julho de 2018

Dedicatória

À minha mãe (*in memoriam*), que foi a minha maior incentivadora e não economizou esforços nos estudos dos filhos.

Saudades eternas!

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo seu infinito amor e misericórdia, pois tem me sustentado a cada dia.

Ao meu esposo, pelo companheirismo e apoio.

À minha família, em especial meu Pai Antoneto Nogueira Lira que proporcionou as condições para que eu pudesse estudar, bem como pela motivação, compreensão e refúgio.

Ao meu orientador Prof. Msc. Alvatir Carolino da Silva pela generosidade em aceitar a minha orientação e principalmente, pela amizade. Eu aprendi muito com o senhor nesta caminhada.

Aos gestores do DEMUC que aceitaram de boa vontade contribuir com o estudo.

Ao Instituto Federal do Amazonas, pela oportunidade de estudar nesta instituição de ensino.

Aos professores e colaboradores do Curso de Especialização em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia pelo conhecimento propiciado, que possibilitou a construção do arcabouço teórico-metodológico.

Aos meus nobres colegas do Curso de Especialização em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia pelos diálogos, discussões e amizades.

Ao Coordenador Denis, pela dedicação e apoio incansável aos alunos da primeira turma do DEPPA.

“As raízes do estudo são amargas, mas seus frutos são doces”. (Aristóteles).

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Mapa de áreas protegidas no Estado do Amazonas.....	16
-------------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Distribuição de UCs no Bioma Amazônia.....	11
Tabela 02 -	Unidades de Conservação no Estado do Amazonas.....	12
Tabela 03 -	Unidades de conservação estaduais por categoria.....	15
Tabela 04 -	Origem de recursos extraordinários em reais (R\$).....	17
Tabela 05 -	Lotação de pessoal no CEUC.....	19

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
APA	rea de Proteção Ambiental
ARIE	rea de Relevante Interesse Ecológico
ARPA	Programa reas Protegidas da Amazônia
CCA	Corredor Central da Amazônia
CECLIMA	Centro Estadual de Mudanças Climáticas
CEP	Comitê de tica em Pesquisa
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservao do Amazonas
CNPT	Centro Nacional de Populaes Tradicionais
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de conservao
DEMUC	Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservao
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DP	Departamento de Proteção
DPMA	Departamento de Pesquisa e Monitoramento Ambiental
DPT	Departamento de Populaes Tradicionais
DPE	Departamento de Programas Especiais
EE	Estaao Ecológica
FBCN	Fundao Brasileira para Conservao da Natureza
FLONA	Floresta Nacional
FLORESTA	Floresta Estadual
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservao da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDESAM	Instituto de Conservao e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IFAM	Instituto Federal do Amazonas

IMA	Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
KFW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural
ONG	Organização Não Governamental
PAREST	Parque Estadual
PCE	Projeto Corredores Ecológicos
PG	Plano de Gestão
PGAI	Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Amazonas
PN	Parque Nacional
PNAP	Plano Estratégico Nacional para Áreas Protegidas
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Planos Plurianuais
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
Resex	Reservas Extrativistas
RF	Reserva Faunística
RH	Recursos Humanos

RPDS	Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável
RPPN	Reserva Particulares do Patrimônio Natural
RVS	Refúgio da Vida Silvestre
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SEAE	Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo
SEDEMA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UGMUC	Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade Development</i>
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
WBGU	<i>German Advisory Council of Global Change</i>
WCS	<i>World Conservation Strategy-</i>
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

RESUMO.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1 Gestão de Unidades de Conservação no Estado do Amazonas.....	15
3 Desafios (im)pertinentes na visão dos gestores de Unidades de Conservação.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA AMBIENTAL A PARTIR DA VISÃO DOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS

Talita de Melo Lira¹
Alvatir Carolino da Silva²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a Política Ambiental a partir da visão dos gestores de Unidades de Conservação no Estado do Amazonas, que trabalham no Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). O estudo objetiva contribuir com o debate acadêmico científico sobre a gestão de políticas públicas e seus desafios sob a ótica dos gestores. O estudo da política ambiental justifica-se pela trajetória da pesquisadora no estudo da política ambiental. Em relação à metodologia optou-se pela pesquisa qualitativa. Dentre os principais resultados, destacam-se: 1) produção de novos conhecimentos sobre gestão de políticas públicas; 2) levantamento dos principais desafios para realizar a gestão de unidade de conservação no Estado do Amazonas; 3) oportunidade de produção de subsídios para formulação de Políticas Ambientais que considerem especificidades locais; 4) contribuição para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional sobre a referida temática.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Unidade de Conservação, Gestores Ambientais.

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia.

² Cientista Social, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, Doutorando em Antropologia.

INTRODUÇÃO

A criação de áreas naturais protegidas surgiu como uma das diversas alternativas adotadas pela sociedade para a conservação da natureza. Nesse estudo, entende-se que esses mecanismos funcionam, também, como forma de equacionar os problemas com a degradação ambiental. As áreas protegidas são espaços, territorialmente, demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais a elas associados (MEDEIROS, 2003). Segundo a IUCN, elas podem ser definidas como "uma área terrestre e/ou marinha, especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados por meio de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos" (IUCN, 1991, p. 7).

A materialização das áreas protegidas, no território brasileiro, se expressou como o resultado de um longo e lento processo de aparelhamento e estruturação do Estado, o que conduziu ao gradativo desenvolvimento de uma Política Pública voltada para a proteção da natureza³. No Brasil, a criação da primeira área de conservação em âmbito federal ocorreu em 1937, delimitando o Parque Nacional do Itatiaia, situado na Serra da Mantiqueira. Já no âmbito da Amazônia Legal, a criação da primeira Unidade de Conservação (UC) na região ocorreu em 1959 com o Parque Nacional do Araguaia, em Tocantins (VERÍSSIMO et al, 2011).

No bioma Amazônia, estão localizadas UCs que somam um total de 1.100.251 km², e deste total 587.000 mil Km² são de UCs federais e 521.000 mil Km² de UCs estaduais. (CNUC, 2013).

³ As primeiras iniciativas de conservação da natureza ocorreram, de acordo com Diegues (2001), em 1872, com a criação, nos Estados Unidos, do primeiro modelo moderno de área protegida, o Parque Nacional de Yellowstone. O modelo adotado por este parque era resultado de ideias preservacionistas, baseado na concepção de grandes áreas desabitadas, cujo principal objetivo era proteger áreas naturais destacadas e a vida selvagem (wilderness), ameaçadas, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial. Conforme Diegues (2001), esse modelo também estava vinculado à exploração das belezas cênicas desses espaços para fins de recreação e divertimento das pessoas. Esse modelo, oriundo dos países industrializados, mostrou-se problemático ao ser transferido para os demais países. Tal fato foi analisado por Diegues (2001) ao apontar que a dicotomia entre povos e parques torna-se mais polarizada, a partir da expansão do modelo de Parque norte-americanos. Diegues (2001) aponta que o referido modelo se expandiu, sobretudo, para os países do Terceiro Mundo. O efeito foi devastador sobre as populações de extrativistas, pescadores, índios cuja relação com a natureza é diferente daquela analisada pelos primeiros ideólogos dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do modelo Yellowstone de parque sem moradores, provenientes de países industrializados e de clima temperado, para países cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base, não só de conflitos graves, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas.

Tabela 01 - Distribuição de UCs no Bioma Amazônia

Estado	UC's Federais	UC's Estaduais
Acre	10	8
Amapá	6	5
Amazonas	30	41
Maranhão	3	5
Mato Grosso	1	13
Pará	39	21
Rondônia	12	38
Roraima	8	1
Tocantins	0	1
Subtotal	109	133

OBS: existem quatro unidades de conservação federais abrangendo o território de mais de um estado da federação que não estão computadas nessa tabela

Fonte: CNUC acesso em 19/02/2015

Neste contexto, o Amazonas se destaca na região norte, nos últimos 10 anos, pela Política de Conservação Ambiental implantada a partir de 2003, centrada na retórica do desenvolvimento sustentável. Segundo informações dos gestores da Secretaria de Meio Ambiente, a partir de 2003 houve um incremento de 157% no número de unidades de conservação estaduais como uma estratégia para a conservação da biodiversidade, reconhecimento e valorização das populações tradicionais e controle do desmatamento, que em 2003 era de 1.558 km², principalmente em áreas focais como o Sul do Amazonas, que faz parte do arco do desflorestamento no Brasil.

Ao considerar o aumento significativo do número de UC no Estado do Amazonas se interpõe muitos desafios para a gestão desses territórios. Nesse sentido, este trabalho pretende analisar os principais desafios para gestão de unidades de conservação na visão dos gestores da Política Ambiental no Estado do Amazonas.

A escolha do tema justifica-se pela inserção da pesquisadora, desde 2005, no Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Inter-Ação/UFAM), o qual vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa e extensão na área socioambiental. Vale ressaltar que a presente pesquisa, constitui-se como um recorte da tese de doutorado intitulada: *Floresta Estadual de Maués como artefato humano: unidade de conservação de papel ou de carne e osso?* A qual analisou a participação social dos ribeirinhos na gestão da Floresta Estadual de Maués. A pesquisa de campo foi realizada no período entre junho de 2015 a abril de 2017 ainda no processo de elaboração da tese. Contudo, devido ao prazo estabelecido para a defesa da tese, a maioria dos dados colhidos não foram utilizados e analisados. Portanto, os dados apresentados neste trabalho são originais.

Parte-se do entendimento que a produção da pesquisa, conforme afirma Mills (1975), é um “artesanato intelectual” que vai se moldando e remoldando conforme os desafios vão surgindo. Foi feita a escolha pela pesquisa qualitativa, tendo como fontes de informação dados de origem primária, obtidos através de *Entrevista Semiestruturada* realizadas com 06 (seis) gestores da Política Ambiental no Estado do Amazonas, através de visitas institucionais, e de dados secundários, obtidos por meio da pesquisa documental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC), Relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Enfatiza-se que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM), bem como possui anuência do setor de pesquisa do DEMUC/SEMA.

1 Gestão de Unidades de Conservação no Estado do Amazonas

A linha do tempo da implantação de UCs no Amazonas mostra que o primeiro grande esforço nesse sentido aconteceu no final dos anos 80 e início da década de 90, com a criação de 06 (seis) UCs. A primeira unidade a ser criada foi o Parque Estadual de Nhamundá, em 1989. Outras 05 (cinco) UCs foram criadas em 1990, entre as quais a RDS Mamirauá, que surge como uma estação ecológica (ESEC), um marco referencial no Rio Solimões. A última unidade a ser criada nesta fase foi a RDS Amanã.

A criação de UCs teve, posteriormente, três períodos de maior incremento em números. O primeiro foi entre 2002 e 2003, quando saltou de 12 para 18 UCs; o segundo, nos anos de 2004 e 2005, em passou de 19 para 31 e o terceiro período entre 2008 e 2009 que aumentou de 31 para 41 o número de UCs.

Tabela 02 - Unidades de Conservação no Estado do Amazonas

Ano	Nº de UCs estaduais	Área (HA)
1989-1994	06	2.482.840,00
1995-2000	07	4.845.790,67
2001-2005	19	7.904.955,70
2006-2010	09	3.573.272,89
TOTAL	41	18.808.342,60

Fonte: SDS,CEUC, 2013

Um dos maiores desafios da SDS no que se refere à gestão das UCs, até 2007, nas unidades de conservação criadas, era realizar o gerenciamento com a implantação dos planos de manejo, os conselhos gestores, a contratação de pessoal e a aquisição da infraestrutura necessária. Todas as UCs criadas desde 2003 encontravam-se em processo de implementação. A maioria das áreas estaduais e federais não possuía nem plano de manejo nem conselho gestor. O conselho gestor é o órgão responsável pela fiscalização do cumprimento do plano de manejo. É composto de representantes do Poder Público, das comunidades locais, de instituições de pesquisa e de organizações não-governamentais (ONGs).

Em 2005, havia apenas dois planos de gestão concluídos em UCs estaduais (Floresta Estadual de Maués e RDS Mamirauá). Os dados de 2007 mostram uma progressão para implementar os planos de manejo, mas ainda havia 48% (n=20) das unidades de conservação sem Plano de Gestão. No que se refere aos Conselhos de Gestão, em 2005 haviam somente 4 instalados (APA Caverna do Maroaga, RESEX Catua-Ipixuna, RDS Mamirauá e Floresta de Maués). Já em 2007, o número de unidades com conselho gestor formado ou em processo, saltou de 08 para 26 conselhos.

Nesse sentido, para realizar uma gestão mais efetiva das UCs, o Estado desenhou um arcabouço legal a fim de normatizar e estabelecer processos para criação de novas UCs, em acordo com o (Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Em 2007, foi instituído e regulamentado o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC, Lei Complementar 53/2007), o qual estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação estaduais.

O processo de elaboração da Lei do SEUC trouxe muitos avanços no que se refere a temas que não foram tratados pelo Sistema Nacional (SNUC), os quais foram fundamentais para consolidar a execução da atual política de conservação que vem sendo adotada pelo Governo do Estado do Amazonas. (SANTOS, 2013). Novas categorias de unidades de conservação foram inseridas no contexto do Sistema Estadual, tais como as Unidades de Conservação Estrada Parque e o Rio Cênico. Foi redefinida a RPPN como categoria de proteção integral, e foi criada de forma inovadora, a categoria de uso sustentável Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável – RPDS, como nova categoria para áreas particulares.

O SEUC, baseado no SNUC, estabelece que as Unidades de Conservação sejam divididas em dois grupos com características específicas:

Unidades de Proteção Integral: nesta primeira categoria encontram-se as Reservas Biológicas (Rebio), os Parques Estaduais (Parest) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). *Unidades de Uso Sustentável:* nesta categoria encontram-se representadas no SEUC, as Reservas Extrativistas (Resex), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Florestas Estaduais (FLORESTA), as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável (RPDS), os Rios Cênicos e a Estrada Parque, que reúne conceito de beleza cênica e uso público nestas duas novas categorias.

No âmbito da gestão operacional da Política ambiental no Amazonas, foi criado o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), por meio da Lei 66/2007. É importante destacar que, até 2007, mesmo tendo sido instituída uma nova concepção da política ambiental do Amazonas, a gestão das UCs estaduais continuava sob a responsabilidade do IPAAM. A partir de 2008, é que a gestão das UCs passa ao Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC).

A gestão das UCs foi realizada pelo CEUC no período de 2008 a 2014, com uma estrutura administrativa dividida em cinco departamentos: Populações Tradicionais (DPT), Pesquisa e Monitoramento Ambiental (DPMA), Proteção (DP), Geração de Renda (DMGR) e Infraestrutura e Finanças (DIF). Em entrevista, a gestora 03 fez a seguinte colocação sobre o CEUC:

Na verdade a criação do centro, que está junto com a questão do sistema com “s”, seria só um mecanismo de poder implementar o sistema, então numa secretaria onde as ações estariam bem espaçadas, a partir do momento que você tem o endereço dessa demanda, e um endereço com o organograma e um fluxograma dos processos, você consegue desde planejar atividades até acompanhar o final da implementação dela. [...] Eu avalio o Centro Estadual de Unidade de Conservação com essa preocupação de não dissolver a questão das demandas e das ações das UC’s dentro de uma secretaria de Estado de Meio Ambiente, que tem muitas outras atribuições além da gestão das unidades. Então você tinha ali nesse centro todas as ações que eram desenvolvidas na unidade de conservação desde o seu planejamento da captação de recursos até a execução das mesmas, então isso era uma organização né, eu vejo dessa forma. (Entrevistado A, assessor do DEMUC)

O CEUC era responsável pela gestão das 41 Unidades de Conservação estaduais inscritas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Destas 33 (81,4%) são de Uso Sustentável e 8 (18,6%) de Proteção Integral.

Tabela 03 - Unidades de conservação estaduais por categoria

Unidades de Conservação	Nº	Categoria
APA	6	Uso Sustentável
FLORESTA	8	
RDS	15	
RESEX	4	
PAREST	7	Proteção Integral
REBIO	1	
Total	41	

FONTE: SDS/CEUC, 2014.

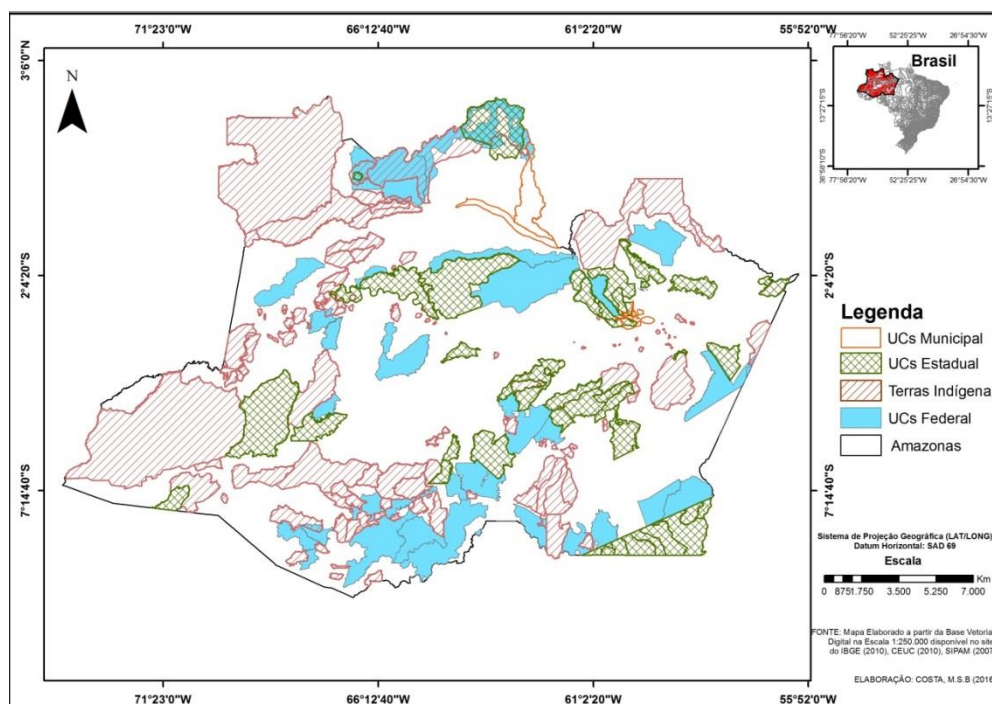
Para realizar as atividades de implementação das unidades com dinâmica de atuação no Estado, a SDS/CEUC optou por um modelo de gestão com parcerias institucionais e privadas, baseada em programas e projetos, e investiu na captação de recursos de diversas fontes orçamentárias. A SDS/CEUC teve como um dos principais parceiros financeiros o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)⁴, financiado pelo Banco Mundial, KFW (*Kreditanstalt für Wiederaufbau* /Banco de Reconstrução da Alemanha) e WWF (*The World Wide Fund for Nature*), que apoiam o Programa de Áreas Protegidas do Amazonas desde 2005.

Nesse sentido, observa-se como as mudanças nas diretrizes internacionais no contexto do debate socioambiental repercutiram no estado do Amazonas, direcionando as Políticas Ambientais a partir do discurso do desenvolvimento sustentável, que foi apresentado como objetivo a ser viabilizado. O Estado do Amazonas foi se transformando em um grande laboratório de políticas e projetos que visando o desenvolvimento sustentável. O Amazonas passou a utilizar o discurso ambiental como repertório de argumentos também em prol de seus interesses. São diversos atores que passam a atuar no Estado do Amazonas injetando recursos, a grande maioria de bancos internacionais. De acordo com Santos (2004), esse é um elemento a ser considerado uma vez que esses agentes passam a influenciar os rumos e decisões da ação governamental no Estado do Amazonas no que se refere à proteção ambiental.

4 O Decreto 4.326/2002 instituiu no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o WWF, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), um instrumento importante que tem a meta de aumentar em 10% o tamanho de áreas protegidas na região amazônica. Outro programa do MMA que apoia as UCs estaduais é o Projeto Corredores Ecológicos (PCE) que tem como principal objetivo a conservação in situ da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil, por meio da integração de UCs públicas e privadas em “corredores ecológicos” selecionados.

Atualmente, o estado do Amazonas possui um mosaico de áreas protegidas composto por 41 Unidades de Conservação estaduais, o que resulta em 18,8 milhões de hectares protegidos, 11,7% do território do estado. Se contabilizarmos também as 47 UCs federais e 23 UCs municipais, além dos 176 territórios indígenas, são 87,6 milhões de hectares protegidos, o que representa 55% da área do estado e 10,3% da área do país (IDESAM et al, 2015).

Figura 01: Mapa de áreas protegidas no Estado do Amazonas



Fonte: Lira, 2017.

O simples de fato de criar uma unidade de conservação não garante eficiência na gestão desse território, assim, evidencia-se os principais desafios para realizar a gestão de unidade de conservação no Estado do Amazonas.

3 Desafios (im)pertinentes na visão dos gestores de Unidades de Conservação

O Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao fazer uma análise da gestão de unidades de conservação no Estado do Amazonas reconheceu que a partir da política de desenvolvimento sustentável implementada a partir de 2003, o Amazonas conseguiu dar um choque nos índices de desmatamento que estavam em curva ascendente. Mas também identificou alguns problemas, tais como: o montante de recursos financeiros

disponibilizados ao CEUC não estava compatível com as necessidades de gestão das UC criadas no Estado do Amazonas; insuficiência de recursos humanos para as atividades operacionais das unidades de conservação; baixa efetivação para a regularização fundiária das unidades de conservação; deficiência no controle e proteção das Unidades de Conservação no Amazonas; enfraquecimento da legitimidade do CEUC/SDS perante as comunidades no que concerne à gestão das UCs; problemas de recategorização, redelimitação e adequação de unidades de conservação; deficiência dos mecanismos para monitoramento da biodiversidade oriundos do programa de proteção ambiental do Estado; baixa utilização das Unidades do Amazonas como uso público; baixo acesso das UCs estaduais às políticas públicas.

Em relação aos recursos financeiros disponibilizados ao CEUC para gestão das UC, criadas no Estado do Amazonas, conforme o TCE, os investimentos aplicados pelo Governo do Estado, por meio de fontes de recursos próprios ao longo de 2008 a 2012, representam apenas 0,6% em relação aos recursos captados de fontes extra-orçamentárias neste mesmo período, o que demonstra a dependência de fontes de recursos extra-orçamentárias para financiar as atividades de gestão das UCs.

De acordo com o relatório do TCE, ao longo de 2008 a 2012, a SDS/CEUC contou com cerca de R\$ 90 milhões provenientes de várias fontes extra-orçamentárias, entre as quais, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), vinculado ao Ministério dos Transportes, para a implementação das Unidades de Conservação situadas na área de influência da BR-319 (Manaus-Porto Velho), bem como recursos provenientes da Petrobras, referentes à compensação ambiental das obras do Gasoduto Coari-Manaus. Entre outras fontes de recursos estão o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); Fundação WWF/Moore; Fundação Amazônia Sustentável e o Projeto Corredores Ecológicos (PCE), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 04 - Origem de recursos extraordinários em reais (R\$)

Origem dos recursos	2008	2009	2010	2011	2012	Total
ARPA	1.915.213,87	734.939,43	287.875,91	1.067.330,20	10.963.000,00	14.968.359,41
WWF	4.052.394,00	2.673.469,00	3.500.000,00	-	2.824.455,00	13.050.318,00
DNIT	-	-	4.979.525,00	-	4.979.525,00	9.959.050,00
PETROBRÁS	-	-	21.603.364,10	-	-	21.603.364,10
PCE	-	-	-	-	3.392.844,20	3.392.844,20
FAZ	-	5.048.774,21	7.976.033,56	8.202.921,99	6.510.051,00	27.737.780,76
TOTAL	5.967.607,87	8.457.182,64	38.346.798,57	9.270.252,19	28.669.875,20	90.711.716,47

Fonte: TCE, 2013.

O TCE avalia que embora o CEUC tenha captado e executado relevantes somas de recursos extra-orçamentárias ao longo dos últimos anos, esses recursos, somados aos poucos recursos de fonte do estado, não têm sido suficientes para consolidação das 41 UCs. O Entrevistado D também avalia como negativa a falta de recurso alocada pelo Estado para realizar a gestão ambiental:

[...] um problema que eu vejo é vontade política, porque o meio ambiente é o último a ser pensado na política geral do estado, então eu acho que se a gente não tivesse apoio financeiro do ARPA e de outros parceiros, seria muito pior, eu acho que o Estado precisa pensar mais no meio ambiente, nas questões ambientais e mesmo alocar recurso pra isso, senão a gente vai sempre depender de financiamento externo, isso é ruim também. Tinha que ter uma política dentro do governo do Estado que fosse organizar de uma forma que tivesse recurso financeiro voltado para o Meio Ambiente, mais né. (Entrevistado D, assessor do DEMUC)

Conforme o inciso XI, artigo 5º da Lei Federal (SNUC) nº 9.985/00, é fundamental que seja garantida alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que as UCs criadas possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos. Da mesma forma, o inciso XI, artigo 5º da Lei Estadual nº 53/07 determina que são diretrizes do CEUC promover a adequada alocação dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos.

Outro ponto importante que interessa ressaltar é a avaliação do TCE em relação aos recursos humanos. Conforme o relatório, há um alto índice de cargos comissionados e isso é assegurado na Lei Delegada 66/2007, que ao fixar as obrigações da SDS, criou os cargos comissionados e abriu a possibilidade de contratação dos serviços de terceiros:

Art. 12. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS poderá, eventualmente, contratar serviços técnico-profissionais especializados de assessorias e consultorias ou serviços profissionais qualificados, sem vínculo empregatício, para a realização de tarefas específicas, por prazo determinado, renovável, no interesse da Administração.

De acordo com o TCE o CEUC em 2013 possuía o seguinte quadro de lotação:

Tabela 05: Lotação de pessoal no CEUC

Cargo	Vinculação	Lotação	Quantidade
Analista	Sem vínculo	Sede	11
Analista Ambiental	Com vínculo	Sede	1
Analista de TI	Sem vínculo	Sede	1
Assessor	Sem vínculo	Sede	6
Auxiliar Administrativo	Com vínculo	Sede	1
Chefe de Departamento	Sem vínculo	Sede	5
Chefe de Unidade de Conservação	Sem vínculo	UC	29
Cinegrafista	Sem vínculo	Sede	1
Coordenador	Sem vínculo	Sede	1
Técnico Nível Médio	Sem vínculo	Sede	2
Total			58

Fonte: TCE, 2013.

A partir da tabela apresenta pelo TCE é possível verificar a discrepância muito grande entre funcionários efetivos e comissionados: 97% (n=56) dos funcionários não têm vínculo empregatício, são funcionários comissionados ou contratados por intermédio do recurso das parcerias institucionais. Apenas 3% (n=2) dos servidores são efetivos. No caso do Programa Arpa, os técnicos são contratados por consultorias de período específico. Outros são contratados por intermédio de fundações, quando o recurso é alocado por projeto específico. Esta prática compromete a continuidade das atividades dos departamentos e programas.

Em consonância ao relatório do TCE, a forma de gestão dos recursos humanos do CEUC não garante a racionalidade, a segurança e a efetividade em sua utilização, em função de: ausência de política de Recursos Humanos (RH) que estabeleça plano de carreiras e política de cargos e salários; excesso de funcionários em cargos comissionados – terceirizados, em relação aos funcionários efetivos; ausência de levantamento sistematizado das necessidades de treinamento; ausência de programa permanente de treinamento e capacitação.

Outro aspecto relacionado ao excesso de cargos comissionados é a insegurança funcional gerada, uma vez que, a cada mudança de gestor, a cada eleição, surge a apreensão com relação à sua permanência como gestor de UC. Essa insegurança reflete no desempenho não apenas dos gestores, mas também nos funcionários da área administrativa. Assim, o TCE recomendou no seu relatório: Elaborar planos de cargos e salários com carreira específica que sejam compatíveis com as necessidades do CEUC/SDS; Viabilizar concurso público de provas e títulos para o ingresso de novos

servidores no órgão com a finalidade de apoiar a consolidação das UCs; Estabelecer Plano de Metas de capacitação, desenvolvimento e treinamento de servidores por área.

Apesar das recomendações do Tribunal de Contas do Estado, em 2015, a política ambiental passou por um processo de reestruturação, em decorrência da mudança de governo. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável foi extinta, e foi criada a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Em entrevista coletiva ao Jornal à Crítica, o governador defendeu as mudanças promovidas na área ambiental, que também envolvem a reestruturação da secretaria. Ele afirmou que as mudanças estão incluídas em um novo conceito de governo e são necessárias em virtude da situação econômica do país. Conforme o governador:

Eu tive que ajustar o Estado para não ultrapassar o limite da Lei de Responsabilidade, e pagar a folha. Nos dois primeiros meses desse ano tivemos receita negativa com relação ao mesmo período do ano passado. Os números não são animadores. É meu dever como governador cortar na carne, mas sem com isso prejudicar os serviços oferecidos à população. (Jornal à Crítica)

As mudanças ocorridas foram de ordem estrutural, foi extinta a unidade gestora com juntamente com o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA) e foi criado em substituição o Departamento Estadual de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC), que possui 5 assessorias. Em entrevistas com os gestores foi perguntado como eles avaliam essa mudança:

Eu não sei se eu já consigo avaliar, porque eu ainda me sinto no processo de mudança, eu não vejo ele concretizado. Mas como foi? Foi abrupto né, porque não houve um planejamento da redução do quadro de funcionários, da redução das atividades, mas houve redução sem planejar. O que não reduziu? O número de unidades de conservação, pelo contrário nós estamos ampliando o número de unidades de conservação do Estado e também as demandas, elas não diminuiram [...]. Então não houve uma redução na demanda, não houve uma redução das atribuições, houve um acúmulo de atividades, de agenda, de pastas por técnico, os que permaneceram. Eu acho que ainda não dá pra fazer uma avaliação disso, até porque a gente tá tão dentro das atividades que estão sendo feitas, que a gente não consegue nem parar para refletir, e também não dá pra parar e se lamentar do que não está sendo feito, pelo contrário, só tem que fazer, fazer da melhor forma possível, cumprir as metas que já estavam estabelecidas, cumprir o planejamento, o plano operativo, que vem de antes da mudança né, do Centro para um Departamento. [...] Então, assim, a gente tinha uma capacidade de implementação que foi reduzida e que a gente não parou para avaliar ainda, mas, aquilo que eu falei, as demandas aumentaram, as unidades de conservação continuam aí, o que estava planejado tá sendo executado e a gente em algum momento sim, vai ter que parar e refletir um pouco né. (Entrevistado A, assessor).

Um pouco negativo por que a gente perdeu o centro né, então foi um pouco negativo pra gente, por que assim, a gente perdeu algumas pessoas também, corpo técnico, aí tem muito trabalho pra pouca gente, mesmo que depois alguns foram recontratados, mesmo assim é um pouco difícil. (Entrevistado D, assessor).

Se em 2013 o TCE, já apontava problemas em relação aos recursos humanos, em 2015 esses problemas se acentuaram, tendo em vista que reduziu ainda mais o quadro de funcionário ficando um funcionário em para cada assessoria, conforme relato da Entrevistado A.

[...] nós éramos um centro com 5 departamentos, hoje nós viramos um único departamento com 5 assessorias, então o que anteriormente eram departamentos e que havia equipes, atualmente é um assessor, só um pessoa, é euquipe e aí o trabalho, a dinâmica que estava planejada por departamento a gente mantém dentro da medida do possível, com muitas limitações. (Entrevistado A, assessor).

Nesse processo de mudança, um aspecto importante a ser destacado é a prioridade dada a pasta ambiental, isso pode ser observado nos Planos Plurianuais (PPA). O PPA 2008-2011 enfatizou a criação e regularização de UCs como meta prioritária. No PPA 2012-2015 já se observa um queda dos recursos destinados às UCs, e no PPA 2016-2019 os recursos foram reduzidos ainda mais em relação aos anos anteriores e a temática ambiental não é tratada como prioritária, foram diluídos em outras ações. Este dado é preocupante, pois o momento é crucial para a consolidação das unidades de conservação e saírem do patamar de unidade criada somente no papel e se transformarem em unidade de carne e osso, com seus planos de gestão e conselhos consolidados. Em relação aos recursos financeiros, o Entrevistado C, ressaltou que foi feita uma avaliação no final de 2015, em que se chegou a seguinte conclusão:

Em 2015 para 2016 a gente avaliou, em relação aos recursos, uma baixa execução, não precisa ser nem um matemático pra ver, se eu tenho uma equipe reduzida né, eu tive uma redução na qualidade das ações também. Então isso já é visível na avaliação, mas não é uma novidade, a gente ficava numa linha muito tênue em relação a execução, logo que reduziu a equipe teve uma baixa na execução orçamentária, nem tanto das atividades, mas atividades ocorreram, não na sua totalidade. (Entrevistado C)

Neste aspecto, verifica-se que esta vulnerabilidade orçamentária reflete diretamente na falta de execução/ou execução parcial do conjunto de atividades inerentes a gestão de UCs.

Analisa-se que a Política Ambiental no Estado do Amazonas teve muitos avanços, contudo ainda se constitui em uma política de governo não de Estado. A cada mudança na gestão há parada ou descontinuidade de ações, e muitas vezes acontecem perda de memória em relação aos programas desenvolvidos nas UCs e gera também vulnerabilidade na gestão das Unidades de Conservação como um todo.

Dentre os principais desafios destacados pelos gestores para realizar a gestão de Unidades de Conservação no Estados do Amazonas, estão: a falta de recurso financeiro, recursos humanos reduzidos, logística, dimensão do Estado, dificuldade de diálogo com outras esferas de governo, rotatividade de pessoas tendo em vista que os funcionários não são concursados, mudanças administrativas, regularização fundiária, participação e empoderamento dos povos e comunidades tradicionais, entre outros:

Às vezes a gente pensa, ah é muito fácil ter a política no papel, no diário oficial e tal, né, a gente passa por momentos de dificuldades para ver elas funcionando, primeiro para regulamentar a política, muitas discussões, né, isso leva muito tempo, muitos atores sociais envolvidos, mas quando chega na hora de implementar aí a dificuldade aumenta mais, até por conta do volume de recursos que o poder público aloca para área ambiental, para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, então a gente percebe que esse recurso está diminuindo, enquanto a lógica deveria aumentar, nós passamos por uma dificuldade financeira no ano passado que nunca eu tinha visto em todos os anos que trabalho aqui, não chegou nem um recurso do tesouro e nós só conseguimos ainda andar devido as parcerias como o ARPA, que atualmente é o carro chefe para fazermos a gestão nas unidades de conservação. A grande dificuldade então é recurso financeiro e recursos humanos, a secretaria não tem um quadro efetivo, um núcleo duro e a rotatividade é muito grande, a secretaria nunca teve um concurso público. (Entrevistado C)

Um primeiro desafio é o Recurso desejável para se implementar as ações nas UCs; um outro desafio é fazer com essas populações realmente se empoderarem do processo organizacional da vida que eles tem lá e com relação a política ambiental que o Estado desenvolve. E por fim, o desafio de ter um elo das esferas governamentais para desenvolverem um trabalho em conjunto nas unidades de conservação que hoje a gente ainda não tem, o Estado e os município conversam pouco, isso quando tem algum diálogo. (Entrevistado D)

Enquanto o Estado como um todo não entender a importância das unidades de conservação e que se a própria população residente não incorporar essas lutas e que hoje está adormecido os desafios vão continuar, nós como gestores na ponta o nosso desafio é muito maior porque nós trabalhamos em áreas enormes né, com mais de um milhão de hectares para um gestor de unidade de conservação, tem inclusive os colegas de outras instituições que brincam com a gente que chamam a gente de super chefe, porque na verdade esse é o termo, tem unidade de conservação que para você chegar no limite delas é difícil, a logística é difícil, é longe tá entendendo, tem unidade de conservação que você anda o dia inteiro com o motor potente e você não consegue chegar no fim dela. Então, assim, nós somos muito criticados enquanto chefe de unidade eu sou avaliada por todos, todos os órgãos possíveis, inclusive o nosso né, somos avaliados pelas lideranças locais, pelos

órgãos que não tem competência nenhuma para avaliar um chefe de UC, mas em momento nenhum se avalia que o nosso trabalho é desumano e continua sendo desumano e o desafio parte daí, contratação de um chefe para mais de um milhão de hectare, a gente tem UC que tem mais de 100 comunidades, então você não consegue realmente atender a todos. [...] a gente sabe o papel que a gente tem como chefe de unidade mas, falta uma equipe técnica, hoje nós temos poucas unidades de conservação que possui escritório fixo, o Estado como instância máxima não proporciona as condições necessárias para implantar escritórios para as unidades de conservação, [...] muitas unidades de conservação, na mudança administrativa, ficaram sem gestores, em se tratando da própria Floresta Estadual de Maués, teve muitos gestores e isso é ruim para continuidade e sequência das ações e no contexto atual, o próprio órgão gestor passou por muitas mudanças e sem continuidade de um programa de governo ou da própria política pública. O maior desafio no momento atual é manter o órgão gestor funcionando para que as coisas possam acontecer, mesmo que de forma lenta. (Entrevistado E)

Nas unidades de conservação tem muitos desafios como a dificuldade de acesso as políticas públicas inclusivas, políticas públicas de inclusão social, educação, comunicação, saúde, então tem muitos desafios que a gente precisa encontrar meios para melhorar a vida dessas pessoas, quem está lá, quem cuida da floresta tem que ser recompensado, tem que ser beneficiado, nós aprovamos ano passado e estamos tentando finalizar todo o processo de regulamentação da Política Estadual de Serviços Ambientais, ela é fundamental para as áreas protegidas, para o Estado como todo, ela é uma porta de acesso a recursos, as nossas florestas tem um papel fundamental de provedora dos serviços ambientais e aí não é só para nós é para o mundo, para o planeta, a gente sabe que as influências dos serviços ambientais na regulação climática, isso contribui muito com o planeta e a Política Estadual de Serviços Ambientais visa uma compensação por esses serviços, uma compensação para quem está lá, quem cuida dos recursos ambientais, para os moradores de unidade de conservação, para as populações indígenas, na verdade a gente só coordena, quem cuidado são eles. (Entrevistado F)

Diante dos grandes desafios relatados pelos gestores foi perguntado sobre as alternativas possíveis na conjuntura atual, que vão desde alternativas materiais até organização política da sociedade civil, conforme relatos:

Nós temos uma pauta de desafios muito extensa, ano que vêm nós vamos está mais presente fisicamente, hoje a gente tem gestores nas unidades de conservação, mas ano que vem a gente vai ter um polo em Parintins, presença física da SEMA em Parintins, isso vai se estender em Apuí, em Humaitá e em Boca do Acre, a gente espera que essa presença iniba ou diminua esses ilícitos ambientais. Não tem como a gente ter uma gestão eficiente daqui com uma equipe pequena, as distancias geográficas são enormes, o cabra faz um incêndio no Sul do Amazonas e a gente chega lá no outro dia e quando tudo funciona bem, quando o governo disponibiliza aeronave, quando a gente consegue mobilizar os parceiros e dois dias de fogo já é algo incontrollável. Nós estamos discutindo agora um programa chamado Município Sustentável – MS Amazonas, que a gente quer implantar em 7 municípios do Sul do Amazonas, esses 7 municípios representam hoje 70% do desmatamento de todo o Estado, ou seja se a gente atacar aquele vetor do Sul do Estado, com políticas públicas e gestão ambiental com comando e controle a gente consegue frear os incêndios florestais, saindo de lá nós temos a região metropolitana, mais os ilícitos são bem menores, lá no Sul do Amazonas

quando a gente detecta já tem 1000 hectares de árvores derrubadas e os incêndios florestais são de grandes proporções. Então se tivermos uma presença física no interior do Estado e uma gestão mais eficiente a gente já minimiza consideravelmente a degradação ambiental no Estado do Amazonas. (Entrevistado B)

É necessário um amadurecimento político das próprias comunidades para que as unidades de conservação não fiquem só no papel. Quem é que está discutindo isso nas comunidades? Quem está levando as informações? se eles não tem conhecimento das leis, não tem empoderamento, se não tem organização social de sair da sua comunidade, de se empenhar e buscar essas informações, as coisas ficam paralisadas. Hoje nem um órgão público ou organização não governamental está preocupada com isso não, quanto menos eles fizerem barulho melhor para todos, parte do princípio de organização social, aqueles que estão incomodando os órgãos alguma hora precisam ser ouvidos e as coisas começam a funcionar. Mas na minha avaliação não é um problema só da Floresta Estadual de Maués é um problema enfrentado em outras UCs também, antes a gente tinha um departamento que cuidava dessa organização política, hoje a gente só tem uma assessoria que dá mal conta de fazer pareceres técnicos, nós fomos podados, mas eu tenho esperança que as políticas públicas estão aí para serem cumpridas. (Entrevistado E)

Entende-se que houve muitos avanços na Política Ambiental do Estado do Amazonas a partir de 2003, mas na atual gestão (2014-2018), a implementação de unidades de conservação não foi uma prioridade, com o corte de recurso ainda maior nesta pasta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o Estado do Amazonas realiza a gestão de 41 Unidades de Conservação estaduais, o que resulta em 18,8 milhões de hectares protegidos, 11,7% do território do estado. A pesquisa apresentou, em que pese seus limites, os principais desafios para realizar a gestão desses territórios.

Dentre os principais desafios destacam-se:

- 1) O montante de recursos financeiros disponibilizados para gestão de UCs são de fontes extra-orçamentárias. O Estado do Amazonas aloca menos de 1% de recurso próprio destinado a essa pasta, o que não têm sido suficientes para consolidação das 41 UCs. Nesse sentido, verifica-se que a criação, implementação, consolidação e gestão das UCs requerem um fluxo financeiro estável, diversificado e proporcional às necessidades de custos e investimentos. Para criar condições mais favoráveis ao crescimento e consolidação das UCs, é necessário contar com recursos regulares e suficientes.

2) Grande quantitativo, 97% (n=56), de recursos humanos são funcionários comissionados ou contratados por intermédio do recurso das parcerias institucionais, sem vínculo empregatício. Essa insegurança trabalhista, reflete no desempenho não apenas dos gestores, mas também nos funcionários da área administrativa.

3) Mudanças administrativas na gestão das UCs, que ocorrem em 2015. Foi extinta a SDS e criada a SEMA. Nas mudanças estruturais da nova secretaria, foi extinto o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA) e foi criado em substituição o Departamento Estadual de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC), que possui 5 assessorias. Essa mudança foi avaliada como negativa, pois além da redução de recursos humanos, que já eram poucos, houve uma quebra na continuidade das ações.

Além desses desafios para a gestão de UCs, o TCE apontou também: baixa efetivação para a regularização fundiária das unidades de conservação; deficiência no controle e proteção das Unidades de Conservação no Amazonas; enfraquecimento da legitimidade do CEUC/SDS perante as comunidades no que concerne à gestão das UCs; problemas de recategorização, redelimitação e adequação de unidades de conservação; deficiência dos mecanismos para monitoramento da biodiversidade oriundos do programa de proteção ambiental do Estado; baixa utilização das Unidades do Amazonas como uso público; baixo acesso das UCs estaduais às políticas públicas; logística, devido a dimensão do Estado; dificuldade de diálogo com outras esferas de governo; rotatividade de pessoas tendo em vista que os funcionários não são concursados; participação e empoderamento dos povos e comunidades tradicionais.

Ao tomar por referência o exposto no estudo realizado, apresentam-se algumas sugestões que podem contribuir para uma melhoria na gestão de UCs no Estado do Amazonas:

- Sugere-se maior articulação entre Estado e as instituições municipais para facilitar a gestão ambiental;
- Sugere-se um aumento efetivo de recursos nos orçamentos destinados a gestão de UCs;
- Concurso público para que as ações tenham continuidade;
- Sugere-se o aumento de recursos humanos;
- Sugere-se um maior acesso a informação – para que os comunitários tenham maior capacidade de influenciar nos processos decisórios

- O incentivo à participação da população na tarefa de propor e trabalhar na construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Observa-se que falta de prioridade voltada para Política Ambiental no Estado do Amazonas reflete diretamente na falta de execução/ou execução parcial do conjunto de atividades inerentes a gestão de UCs, implicando na ocorrência de omissão, conflitos entre práticas culturais, crenças e usos tradicionais e a conservação da natureza, acesso fácil para atividades ilegais, demanda por recursos vulneráveis. Com a presença de apenas um servidor em cada UC, dificilmente pode-se evitar as pressões locais para exploração indevida de recursos naturais.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS (Estado). Coletânea de Unidades de Conservação: **Leis, Decretos e Portarias**. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2009.

_____. **Lei Complementar no 53**, de 05 de junho de 2007. Governo do Estado do Amazonas. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas – SEUC, dispondo sobre infrações e penalidades e estabelecendo outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, 05 de jun. de 2007.

_____. **Lei Delegada no 66**, de 06 de maio de 2007. Governo do Estado do Amazonas. Dispõe sobre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, definindo suas finalidades, competências e estrutura organizacional, provendo seus recursos humanos e estabelecendo outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, Poder Executivo, Manaus, AM, 18 de mai. de 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Edna Maria Ramos de Castro & Jean Hébert (Org.). Belém: NAEA/UFPA, 1989.

_____. **Conhecimentos tradicionais e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. 1º vol. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, Fundação Ford, Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº. 9.985 de 2000**. Institui o Sistema nacional de unidades de conservação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>>.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: Estados para sociedade sustentável**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC). Downloads/Shapes/Unidades de Conservação Estaduais. 2009. Disponível em:

<<http://www.ceuc.sds.am.gov.br/downloads/category/2009>>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos S. et al. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2002.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.

IUCN/UNEP/WWF. **Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living**, Gland, Switzerland, 1991.

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. 4.^a ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Áreas protegidas do Brasil**. gestão Participativa do SNUC. Brasília, 2004. v. 2.

SANTOS, Francisco Pinto dos. Gestão de UCs no Amazonas: avanços e desafios para a conservação ambiental. In: **Revista Geonorte**, V.8, N.1, p.102-124, 2013.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). **Relatório 10 anos de Política Pública em Desenvolvimento Sustentável: uma trajetória de conquistas e desafios (2003-2013)**.

VERÍSSIMO, Adalberto. et.al. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.